

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.665 - MG (2019/0296309-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : GABRIEL RAMOS DE JESUS**  
**RECORRENTE : HOMERO PEREIRA DE CARVALHO JUNIOR (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GABRIEL RAMOS DE JESUS e HOMERO PEREIRA DE CARVALHO JUNIOR, cuja autoridade coatora é o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 143):

EMENTA: HABEAS CORPUS - PRISÃO PREVENTIVA - PACIENTE PRIMÁRIO - ORDEM PÚBLICA- CULPABILIDADE - COMPLEXIDADE DA MATÉRIA - DILAÇÃO PROBATÓRIA - COGNIÇÃO LIMITADA DO WRIT- PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - ORDEM DENEGADA.

- A prisão preventiva somente terá lugar quando estiver orientada, única e exclusivamente à salvaguarda dos interesses da jurisdição criminal, isto é, à proteção do eficaz exercício do poder punitivo estatal, quando este estiver ameaçado pelo estado de liberdade do cidadão (*periculum libertatis*), aliado à presença do *fumus commissi delicti*.
- Entende-se por garantia da ordem pública o risco considerável de reiteração de ações delituosas por parte do agente caso permaneça em liberdade, guardando relação com sua periculosidade.
- A primariedade do agente não impede a decretação da prisão preventiva com fundamento na ordem pública caso existam outros indícios que demonstrem sua dedicação à atividade criminosa, comprovando sua periculosidade in concreto.
- Havendo indícios de autoria e de materialidade, presente está o pressuposto da ordem pública, sendo a prisão medida que se impõe.
- Ordem denegada.

Os recorrentes foram presos em flagrante pela prática do delito tipificado no artigo 157, § 2º, II do Código Penal.

Neste recurso, busca-se a revogação das prisões preventivas, sob a alegação de ausência de justa causa, atipicidade material da conduta - aplicação do princípio da insignificância e desproporcionalidade da medida extrema.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional,

somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

As matérias relativas à atipicidade material da conduta - aplicação do princípio da insignificância e à desproporcionalidade da prisão não foram objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 143-152. Então, esses pontos não poderão ser conhecidos por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

As decisões de prisão preventiva restaram assim fundamentadas:

Gabriel Ramos de Jesus (fl. 150):

No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado, verifica-se que ele responde ações penais por roubo majorado, em duas ocasiões diversas, e furto qualificado. Além disso, ele foi apresentado em audiência de custódia em três ocasiões, quais sejam 16/09/2017, 29/09/2017 e 08/09/2018, sendo que nesta última, pela prática delitiva de roubo majorado, teve sua prisão em flagrante convertida em prisão preventiva. Por fim, insta salientar que o autuado, quando de sua prisão em flagrante, estava no gozo de liberdade mediante uso de tornozeleira eletrônica, concedida em 19/03/2019. (...) **O periculum libertatis do caso em apreço decorre da reiteração delitiva do autuado, quando em uso de tornozeleira eletrônica.** Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública, sendo certo que as medidas cautelares outrora impostas se mostraram inócuas em afastar o autuado da prática delitiva.

Homero Pereira de Carvalho Júnior (fls. 150-151):

No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado verifica-se que ele foi apresentado em audiência de custódia em duas ocasiões, quais sejam 17/07/2017 e 03/10/2017, sendo que nesta última teve sua liberdade provisória concedida mediante, dentre outras cautelares, o recolhimento domiciliar e a monitoração eletrônica, tendo seu benefício sido revogado por descumprimento, sendo então decretada sua preventiva. Consta que sobreveio sua liberdade mais recentemente em 09/04/2019. (...) **O periculum libertatis do caso em apreço decorre da reiteração delitiva do autuado, que foi beneficiado com a monitoração, tendo a descumprido, bem como foi recentemente colocado em liberdade.** Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública, sendo certo que as medidas cautelares outrora impostas se mostraram inócuas em afastar o autuado da prática delitiva.

# Superior Tribunal de Justiça

Como se vê, o decreto prisional foi fundamentado com base no risco de reiteração criminosa, haja vista que ambos os recorrentes foram anteriormente colocados em liberdade, mediante monitoração eletrônica, tendo-a descumprido, de modo que não se verifica, ao primeiro exame, ilegalidade na decisão recorrida.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que o descumprimento de medida cautelar imposta para a concessão da liberdade provisória justifica a custódia cautelar. Nesse sentido: RHC n. 49.126/MG - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura - DJe 26/09/2014; HC n. 281.472/MG - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Jorge Mussi - DJe 18/06/2014; HC n. 269.431/GO - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 11/04/2014; HC n. 275.590/BA - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 26/02/2014.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator